



PRF

Comissão de Direitos Humanos
em Santa Catarina

Arthur Marian Luba
Daniel Alves Brasil

Comissão de Direitos Humanos

As atribuições das **Comissões Regionais de Direitos Humanos** estão alinhadas ao **Mapa Estratégico PRF 2013-2020**. Possuem caráter consultivo, deliberativo e propositivo, direcionadas à coordenação, à implementação, à avaliação e à disseminação de ações de direitos humanos na esfera regional, como campanhas e outros enfrentamentos. As Comissões atuam pela prevenção e repressão aos **crimes contra os direitos humanos**.

A Comissão de Direitos Humanos em Santa Catarina (CRDH/SC), vinculada ao Gabinete da SRPRF/SC, é composta por **24 membros portariados** designados para trabalharem com as seguintes temáticas: Prevenção e Redução da Violência e da Criminalidade, Tráfico de Pessoas, Trabalho Escravo, Trabalho Infantil, População em situação de rua, LGBT, Proteção às Testemunhas e vítimas ameaçadas, Grupos Vulnerabilizados, entre outras.

Possui **Bases Descentralizadas de Direitos Humanos (BDDH)**, subordinadas aos chefes das delegacias e **vinculadas tecnicamente à CRDH/SC**.

Sob a coordenação da CRDH/SC está ainda a **Comissão Temática de Valorização da Mulher**.

Comissão de Direitos Humanos



Rio Negrinho: Trabalho Escravo na Extração de Pinus
Rancho Queimado: Tráfico de Pessoas com
aliciamento em Mateus (ES) e Viçosa (BA)



Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas

A PRF é membro do Comitê Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE.

Desde 2005 realiza operações conjuntas, por meio de suas **Comissões de Direitos Humanos**, Núcleos de Inteligência e Operações Especiais, com auditores fiscais e procuradores.

A PRF é membro do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CONATRAP.

A meta da PRF no III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Decreto 9.440, publicado no D.O.U. em 3 de julho de **2018**) é a “**inclusão da temática do Tráfico de Pessoas no Projeto Mapear**”.

Assim surgiu o **Projeto Executivo Mapear do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**, elaborado e coordenado pela Comissão Regional de Direitos Humanos em Santa Catarina.

Projeto Executivo Mapear ETP

O Projeto Mapear ESCA, desde 2004, mapeia as características de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) nas rodovias federais, com intuito de planejar operações policiais repressivas e preventivas, além de subsidiar políticas sociais.

Destacou-se pela **quebra de paradigma na atuação policial pela prevenção**, ganhando notoriedade internacional.

Em resposta ao 3º Plano, o Projeto Executivo Mapear do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (**Mapear ETP**) tem como objetivo inserir a temática do Tráfico de Pessoas ao Mapear ESCA.

O Projeto Mapear ETP foi desenhado para estabelecer **novos patamares de articulação intersetorial** para o aprimoramento da coleta, cruzamento e análise de dados, com nova metodologia, utilizando-se de inteligência policial e tecnologia de informação.

O **Mapear ETP** tem a parceria do Ministério Público do Trabalho, Universidade Federal de Santa Catarina e sociedade civil. Seus objetivos desenvolvem-se por eixos metodológicos transversais.

Projeto Executivo Mapear ETP

Este projeto terá duração de **quatro anos**. Compreende um **piloto em Santa Catarina nos dois primeiros**, para ajuste da metodologia, que será replicada nacionalmente até 2022. A estratégia de articulação da PRF contempla **capacitações para a Rede**, como forma de impulsionar notificações e qualificar a coleta intersetorial.

A estratégia é fortalecer a Rede de Enfrentamento para que possamos compartilhar experiências e informações, alinhar protocolos e fluxos para efetivação da Política Nacional.



PRF

Segurança com cidadania